

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**PROGRAMA “PRÓ-LETRAMENTO – MOBILIZAÇÃO
PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO” E AÇÕES DE
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E
NAS PRÁTICAS ESCOLARES: UM ESTUDO DE
CASO NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Rosméri Hermes

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**PROGRAMA “PRÓ-LETRAMENTO – MOBILIZAÇÃO PELA
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO” E AÇÕES DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES E NAS PRÁTICAS
ESCOLARES: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE
ARROIO DO TIGRE/RS**

Rosméri Hermes

Monografia de Especialização apresentada ao Curso a Distância de Especialização em Gestão Educacional, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientadora: Professora Ms. Myrian Cunha Krum

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**PROGRAMA “PRÓ-LETRAMENTO – MOBILIZAÇÃO PELA
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO” E AÇÕES DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES E NAS PRÁTICAS ESCOLARES:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS**

elaborada por
Rosméri Hermes

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professora Myrian Cunha Krum, Ms.
(Presidente/Orientadora)

Professora Débora Teixeira de Mello, Dra.

Professora Leila Adriana Baptaglin, Ms.

Santa Maria, 16 de setembro de 2011.

Às crianças, especialmente as minhas filhas Paola e Brenda, e às colegas professoras da rede municipal de ensino de Arroio do Tigre-RS pelo alfabetizar letrando que perpassa nossas vidas e nossas práticas escolares.

Agradeço:

ao meu mestre Jesus Cristo, iluminador de meus caminhos;

a minha mãe, Loni, que, durante minha formação e atuação profissional, cuidou e continua zelando minhas filhas, permitindo-me vivenciar esta experiência que somou para o melhoramento da minha vida profissional;

a minha irmã, Simoni, que intermediou as orientações da referida monografia, buscando sempre inspirar motivação pela pesquisa nos espaços e tempos sala de aula. Encantada com a vida fez-me prosperar como ser humano e profissional;

as minhas filhas Paola e Brenda que permitiram colocar em prática essa proposta de alfabetizar letrando nas relações familiares. A leitura deleite de inúmeras obras literárias assume hoje lugar de destaque em nosso cotidiano familiar;

à Professora Myrian Cunha Krum, minha orientadora, por me acompanhar nessa trajetória de pesquisa voltada aos espaços e tempos escolares e, principalmente, por suscitar outras perguntas e outros estudos nesta pesquisa monográfica;

à banca examinadora, Professora Débora Teixeira de Mello e Professora Leila Adriana Baptaglin, por somarem suas formações e suas atuações profissionais a esta pesquisa monográfica;

às professoras cursistas que estiveram envolvidas nessas vivências e possibilitaram (res)significar as minhas e as suas práticas pedagógicas, envolvendo-se com a construção de políticas locais de educação e contribuindo com o desenvolvimento das políticas públicas de educação;

muito obrigada!

Paixão pela educação¹

Não era pra você falar
Era só pra gente estudar
Eu te avisei professora, eu te avisei
Você sabia que ia ser assim
Paixão pela educação
Que nunca tem fim
Eu te falei professora, eu te falei.

Não vai ser tão fácil assim
Mudar a educação
Porque a gente está acostumado
Sem a sistematização
Não venha me perguntar
Qual será a solução
Eu pesquisei, estudei
E apliquei a mediação.

Vamos lutar pra trazer
Este curso de novo
Em Arroio do Tigre
Por ser valioso
O Pró-Letramento foi maravilhoso
E com a Prof. Méri
Quem sabe um dia
Voltamos a nos encontrar.

¹ Paródia da música “Não era pra você se apaixonar”, de Jorge e Mateus, elaborada pelas professoras cursistas do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” em junho de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PROGRAMA “PRÓ-LETRAMENTO – MOBILIZAÇÃO PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO” E AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E NAS PRÁTICAS ESCOLARES: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS

AUTORA: ROSMÉRI HERMES

ORIENTADORA: MYRIAN CUNHA KRUM

Data e Local da Defesa: Agudo, 16 de setembro de 2011.

A qualidade da Educação Básica está legitimada nos documentos legais que normatizam a educação pública nos diferentes níveis e modalidades. Nesse sentido, a qualidade da educação das escolas públicas passa pelas mudanças no âmbito da gestão escolar, bem como das Secretarias de Educação. Diante dessa relação entre gestão educacional e gestão escolar, inscreve-se esta monografia de especialização. Ao compreender a gestão do programa “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação” objetivou-se analisar e discutir a organização e as contribuições do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” nas práticas escolares arroio-tigrenses. Para tal, optou-se pela abordagem de cunho qualitativo na qual se encontra o estudo de caso. A partir da análise e discussão dos dados, pode-se perceber mudanças significativas nos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças/adolescentes que vivenciaram a proposta pedagógica que consiste em alfabetizar letrando, especificamente, embasada numa sistematização teórica e prática de capacidades, conhecimentos e atitudes que devem ser introduzidas, trabalhadas e consolidadas no decorrer do 1º, 2º, 3º anos iniciais de alfabetização, nos distintos eixos da língua portuguesa. Dessa maneira, entende-se a urgência em articular cursos de formação continuada de professores no intuito de resgatar todo o quadro de profissionais numa mesma linha de estudo. Portanto, compreender a necessidade de ligação entre a gestão escolar e a gestão educacional faz-se imprescindível para contribuir com as mudanças nas práticas pedagógicas e com a superação dos processos de exclusão existentes dentro das próprias instituições escolares.

Palavras-chave: gestão educacional, gestão escolar, formação continuada de professores; alfabetizar letrando.

ABSTRACT

Specialization Monograph
Education Management Specialization Course
Universidade Federal de Santa Maria²

“PRÓ-LETRAMENTO – MOBILIZAÇÃO PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO” PROGRAM AND CONTINUED TEACHER’S FORMATION ACTIONS IN SCHOLAR PRACTICES: A STUDY CASE IN ARROIO DO TIGRE/RS

AUTHOUR: ROSMÉRI HERMES

ADVISOR: MYRIAN CUNHA KRUM

DEFENSE’S PLACE AND DATE: Agudo, 16th September, 2011.

Basic education’s quality is legitimized in legal documents which regulate public education in different modalities and levels. Thus public school education’s quality is related to scholar management changes, as well as in the government agencies. Due to the relation between scholar management and educational management, there is this monograph. Comprehending the “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação³” program management, the work aimed to analyse and discuss organization and contribution from “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem⁴” course to local scholar practices. In order to achieve this goal a case study with qualitative approach was chosen. Based on data analysis and discussion major changes in the learning and children’s development processes were recognized during the application of this method of literacy, that particularly was based in theoretical and practical systematization of capacities, knowledge and attitudes that might be introduced, worked and consolidated in the first three years of literacy around the distinct axes of Portuguese language teaching. Consequently, it is possible to understand the urgency in the articulation of continued teacher’s formation attempting to retrieve all teachers in the same study line. So to comprehend the needy of linking together scholar management and educational management is indispensable to corroborate to pedagogical practices changes and exclusion process overcoming inside schools.

Keywords: educational management, scholar management, continuing education of teachers; literacy.

² National University at Santa Maria.

³ Pro-Literacy Mobilization for Education’s Quality.

⁴ Pro-Literacy - Continuing Education Program for Teachers of early grades of elementary school - Literacy and Language.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2 PROGRAMA “PRÓ-LETRAMENTO – MOBILIZAÇÃO PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO”: AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, A GESTÃO DO PEDAGÓGICO, A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE	14
2.1 As políticas públicas educacionais e a melhoria da qualidade da educação brasileira	14
2.2 A gestão do pedagógico nos programas de formação continuada	18
2.3 Programa de Formação Continuada de Professores: “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação”	21
2.4 A docência nos anos iniciais: alfabetizar e letrar ou alfabetizar letrando?	29
3 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	33
4 AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E NAS PRÁTICAS ESCOLARES	35
4.1 O Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”: relato de tutoria.....	35
4.2 Formação continuada docente e práticas escolares.....	43
4.2.1 Formação docente e exercício profissional.....	43
4.2.2 O Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”: contribuições às práticas escolares.....	45
4.2.3 Alfabetizar Letrando	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde 1999, atuo como professora da rede municipal e particular de ensino do município de Arroio do Tigre, interior do Estado do Rio Grande do Sul. Durante as experiências didático-pedagógicas em sala de aula, especificamente, na condição de docente do Curso do Magistério – Habilitação 1^a a 4^a séries do Ensino Fundamental, deparei-me com uma série de questionamentos oriundos dos alunos em situação de estágio supervisionado nas salas de aula da rede pública que, de certa forma, aguçavam minhas curiosidades e inquietações em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos dos anos iniciais. De um lado, as preocupações em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁵ e aos processos de ensino e aprendizagem significativos movimentavam nossas discussões em sala de aula. Por outro lado, trazia para esse espaço de discussão as experiências nas atividades de tutoria no Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” de 2008 a 2010 que, naquele momento, permitiam compreender e potencializar ações e caminhos metodológicos para a melhoria da educação. Dessa forma, discutíamos sobre a importância dos cursos de formação para os profissionais da educação preconizados pelos documentos legais e fomentados pelas políticas de governo nas disciplinas de formação docente da matriz curricular.

Paralelamente, presenciei, atuando como professora de Ensino Religioso e de projetos de aprendizagem no turno inverso de uma escola pública que demonstra um baixíssimo índice de aprendizagem das crianças e adolescentes, uma gestão escolar marcada pelo autoritarismo, imposições de regras, indisciplina e desmotivação, sendo que essa realidade fez-me buscar e compreender o papel da gestão escolar nos dias de hoje. Logo, o presente Curso de Especialização em

⁵ Conforme informações do site do IDEB, no portal do Ministério da Educação, “o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios”. (Disponível em http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=5. Acesso em 06 de setembro de 2011).

Gestão Educacional fundamentou teórica e praticamente os caminhos desta investigação, ou seja, este estudo de caso que poderá contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem em questão.

Considerando essas vivências escolares e extra-escolares, por gestão educacional compreendo os caminhos, os processos, as proposições que orientam as metas e os rumos da educação em nosso país. Nesse sentido, a gestão educacional está envolvida com o macrossistema, ou seja, com o planejamento e o desenvolvimento do setor educacional. Já, por gestão escolar, entendo os movimentos e as práticas que ocorrem no interior das próprias escolas. Por isso, gestão escolar tem haver com o microssistema e com as possibilidades de garantia da autonomia, da participação e da democracia nesse espaço-tempo. A partir dos estudos de Lück (2009, p. 24),

a gestão escolar engloba, de forma associada, o trabalho da direção escolar, da supervisão ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola. Segundo o princípio da gestão democrática, a realização do processo de gestão inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos.

Dessa maneira, esses estudos sobre gestão educacional e gestão escolar, bem como o próprio exercício docente na Educação Básica permitiram a construção do seguinte problema de pesquisa: como ocorre a gestão do programa “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação”, através das ações do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”, nas práticas escolares no município de Arroio do Tigre/RS?

O Programa “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação”, em especial, o Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”, contempla uma proposta de trabalho baseada na sistematização de capacidades, conhecimentos e atitudes que devem ser introduzidas, trabalhadas e consolidadas durante o processo de alfabetização e letramento. Assim, orienta para

um acompanhamento de avaliação diagnóstica formativa⁶ que garante a apropriação e consolidação das capacidades nos cinco eixos da língua portuguesa, tais como: compreensão e valorização da cultura escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade. Ainda, essa política de governo trabalha na perspectiva de projetos de sala de aula, em que o aluno constrói com o professor a definição do tema, etapas, descrição de procedimentos didáticos, bem como a avaliação que se torna um processo de ação e reflexão dos saberes e fazeres em estudo.

Considerando esse problema de pesquisa, nesta monografia de especialização, objetivo compreender a gestão do programa “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação” a fim de analisar e discutir as ações do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” nas práticas escolares no município de Arroio do Tigre/RS.

Este objetivo geral pode ser dividido nos seguintes objetivos específicos: descrever o programa “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação”; relacionar as linhas de planejamento e ação do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” no município de Arroio do Tigre/RS; discutir a organização e as contribuições deste programa e suas ações de formação continuada nas práticas escolares arroiotigrenses.

A gestão de programas e ações no âmbito nacional e a organização e as contribuições do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” no âmbito municipal constituem-se como uma temática relevante para essas comunidades escolares. Essa temática contribui com a melhoria do quadro de formação continuada de professores e professoras, bem como colabora com a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental na área da alfabetização e da linguagem. Por exemplo, nas escolas da zona urbana e rural, encontra-se um número significativo de alunos com

⁶ Avaliação diagnóstica formativa refere-se aos processos contínuos de identificação do nível das aprendizagens e de retorno em relação ao aproveitamento da relação entre o ensino e a aprendizagem (FERREIRA,2004).

dificuldades de aprendizagens (primárias e secundárias) na área da língua escrita e, por isso, sujeitas ao fracasso escolar nos anos iniciais das escolas municipais.

Felizmente, o referido Curso continua constituindo-se uma forma de compreender, explicar e responder as minhas angústias, inquietações e indignações, em relação ao descompromisso do microsistema em zelar pela formação profissional dos professores, formação esta legitimada nos documentos legais. Além disso, uma maneira de me engendrar e comprometer com o caso de um município no interior de nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Compreendo que esse estudo de caso poderá, junto aos municípios, servir de exemplo para retomarem ações voltadas a permanente formação continuada de seus profissionais a fim de que os índices do IDEB sejam resultados do investimento no formador e nas práticas pedagógicas com os alunos. Entretanto, se esse for tomado como uma pesquisa que emergiu das vivências escolares, muitos profissionais poderão aprimorar seus processos de formação e contribuir com os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos nas redes regulares de ensino.

A partir deste momento, no segundo capítulo, “Programa ‘Pró-Letramento – mobilização pela qualidade da educação’: as políticas públicas educacionais, a gestão do pedagógico, a formação continuada docente” tomarei algumas contribuições teóricas para discutir a formação docente no âmbito do programa e do Curso objetos desta investigação. No terceiro capítulo, intitulado “Caminho da Investigação”, mostrarei o percurso metodológico, ou seja, os instrumentos e os sujeitos da pesquisa. No quarto capítulo, “Ações de formação continuada de professores e nas práticas escolares” analisarei e discutirei os dados obtidos na investigação. No quinto capítulo, “Considerações Finais”, resgatarei os pressupostos que orientaram esse estudo de caso e tecerei algumas conclusões.

2 PROGRAMA “PRÓ-LETRAMENTO – MOBILIZAÇÃO PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO”: AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, A GESTÃO DO PEDAGÓGICO, A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

No presente capítulo, referencio a educação de qualidade por meio da construção de políticas públicas educacionais que são materializadas nos programas de formação continuada e articuladas nas parcerias entre governo e município. Nesse sentido, priorizo os estudos e as discussões da formação docente no âmbito do Programa “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação” e do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”, objetos desta investigação.

2.1 As políticas públicas educacionais e a melhoria da qualidade da educação brasileira

Neste momento, pretendo fazer uma breve análise sobre o papel das políticas públicas educacionais para melhoria da qualidade da educação brasileira. Essas políticas educacionais legitimam a igualdade e a equidade, bem como a oportunidade de ingressar, permanecer e obter sucesso escolar na Educação Básica.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), no ano de 2010, marcou as reflexões em torno do Sistema Nacional Articulado de Educação e do Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse sentido, essa conferência caracterizou-se como um evento eminentemente democrático que atenta à escuta dos representantes das diversas localidades para posterior formulação do PNE, nos anos de 2011 a 2020.

Compreendendo o intuito da Conferência Nacional de Educação, que movimenta uma série de ações dos representantes do campo educacional, tem-se a noção dos grandes desafios que o Estado e a sociedade precisam estar preparados para enfrentar. Entre esses desafios está o compromisso com a formação integral de qualidade, bem como com a qualificação dos profissionais da educação, compromisso este discutido nesse estudo de caso que dimensiona o olhar para a

forma de gestão educacional e suas implicações no processo de aprendizagem, ou ainda, mais especificamente, na obtenção do sucesso escolar. Dessa forma, conforme consta no documento sobre a CONAE, a mesma intui:

propiciar condições para que as referidas políticas educacionais, concebidas e efetivadas de forma articulada entre os sistemas de ensino, promovam: o direito do /da estudante à formação integral com qualidade; o reconhecimento e valorização à diversidade; a definição de parâmetros e diretrizes para a qualificação dos/das profissionais da educação; o estabelecimento de condições salariais e profissionais adequadas e necessárias para o trabalho dos /das docentes e funcionários/as; a educação inclusiva; a gestão democrática e o desenvolvimento social; o regime de colaboração, de forma articulada, em todo o País; o financiamento, o acompanhamento e o controle social da educação; e a instituição de uma política nacional de avaliação no contexto de efetivação do SNE” (BRASIL, 2010, p.13).

Nesse sentido, em relação à qualificação dos profissionais da educação, conforme o que expressa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996, em seu artigo 87, inciso III, atribui-se aos municípios, Estado e União “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”. Mas, essa é uma realidade que desafia a gestão escolar, secretarias de educação, sendo que a formação continuada ainda não é pensada e analisada como condição indispensável para o desenvolvimento e qualificação da educação. Então, articular o macrossistema ao microssistema, na tentativa de unir esforços na construção de um sistema educacional que congregue ações da União, Estados, municípios, constitui-se uma tentativa de aproximar políticas, interesses, ideologias e saberes nacionais aos locais.

A desarticulação existente entre a gestão educacional e a gestão escolar impulsiona dificuldades para viabilizar ações administrativas, pedagógicas e financeiras que permitam alcançar os resultados esperados no PNE. O insucesso escolar, as taxas de analfabetismo, a evasão escolar somam para a demonstração de que as leis apenas legitimam a veracidade dos fatos, mas com elas, é necessário que as ações da gestão educacional e as ações da gestão escolar estejam interligadas a fim de que as finalidades do sistema de ensino sejam focalizadas. Para tal, pode-se compreender a articulação como uma união dos poderes públicos das distintas esferas federativas, portanto, essencial para o alcance das metas e das

diretrizes educacionais propostas para nosso país. Essa conexão está expressa no texto constitucional na parte que altera o artigo 214:

A lei estabelecerá o plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de prática para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas (...) (BRASIL, 1988).

Além disso, com o Plano Nacional de Educação (2011-2020), em tramitação no Congresso Nacional, surge a necessidade de efetivar uma política de Estado, especialmente, em relação à formação e à valorização dos professores. Esse documento pode servir de apoio teórico para viabilizar a construção de políticas de Estado a fim de somar para a qualificação da educação nacional, sendo que busca ligar níveis e modalidades da educação, ao passo em que se fundamenta na legitimidade e nas disposições jurídicas da Constituição Federal de 1988, na LDB e demais referências. Conforme expõe Dourado (2010, p. 692)

Considerando a agenda das políticas educacionais brasileiras, e objetivando avançar na proposição e materialização de políticas de Estado para a educação nacional, ressaltamos, ainda, a necessidade de retomar e reafirmar os princípios destacados no Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010, p. 35-36), indicando as bases para a construção do novo PNE, o qual: deve ter vigência decenal e ser expressão de uma política de Estado que garanta a continuidade da execução e da avaliação de suas metas perante as alternâncias governamentais e relações federativas; deve ser entendido como uma das formas de materialização do regime de colaboração entre sistemas e de cooperação federativa; deve ser resultado de ampla participação e deliberação coletiva da sociedade brasileira, incluindo, nesse processo, as conferências de educação, como *loci* constitutivos e constituintes do processo de discussão, elaboração e aprovação do PNE; deve avançar na correção de deficiências e lacunas do atual Plano, como também contribuir para o aprimoramento, o avanço e a organicidade das políticas educacionais em curso no país.

Até então, se observa que as políticas públicas educacionais envolvem uma série de mecanismos a serem estudados no que se refere à parte administrativa, pedagógica e financeira da educação. Nosso contexto educacional faz imperar a necessidade em buscar ações articuladas para a materialização das políticas públicas educacionais. Nesse sentido, o PNE deve estar intimamente ligado aos acordos feitos na CONAE. Derivado deste, o PNE torna-se relevante para organizar

planos de educação estaduais, municipais e distrital. Logo, o PNE constitui-se como uma política de Estado.

Dessa forma, para garantir a qualidade da Educação Básica, é necessário balizar políticas de formação e valorização dos profissionais da educação capazes de sustentar o disposto na LDB em seu artigo 87, inciso III. Essas políticas de formação e valorização dos profissionais colaboram para a efetivação da educação de qualidade, sendo esta um dever do Estado, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, a atual LDB, o Plano Nacional de Educação 2001-2010.

Sendo a educação de qualidade um dever do Estado brasileiro, passo, então, a questionar a contribuição dos entes federados, destacando os municípios na busca dessa condição. A partir das observações e da participação nas formações de tutoria, nesse período em que essa formação continuada aconteceu em vários municípios, especificamente, no município de Arroio do Tigre, compreendi o distanciamento existente entre as políticas de Estado, políticas de governo, como no caso o Pró-Letramento, bem como, a ausência de políticas locais de educação no referido município. Com este olhar que visa compreender a importância de políticas de formação e valorização dos profissionais da educação, numa perspectiva sistemática que abarca a União, Estados, Municípios na busca de um índice elevado de alfabetização e letramento, trago um trecho da CONAE em 2010:

O Brasil ainda não efetivou o seu Sistema Nacional de Educação, sendo este um dos fatores que tem contribuído para a existência de altas taxas de analfabetismo e para a frágil escolarização formal de sua população, como demonstram os dados já descritos. E, ao implantar o seu sistema, contemplando o setor público e o privado, o país não vem cumprindo integralmente o que estabelece a Constituição de 1988, que determina em seu artigo 22, que compete privativamente a União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 2010, p. 20).

Certamente, cada Estado e cada município estarão colaborando para a construção de um Sistema Nacional de Educação no momento em que compreenderem a relevância em cumprir com os objetivos da educação nacional, buscando, através de programas de formação continuada, repensar os processos avaliativos, monitorar e solucionar problemas de aprendizagem dos alunos dos anos iniciais. Então, a Educação Básica de qualidade é dever do Estado mediante a prática de políticas públicas educacionais, mas os Estados e os municípios devem andar articulados às diretrizes nacionais. A Educação Básica de qualidade requer a

execução de políticas públicas que, como afirmado, se traduzem num dever da União em parceria com os Estados e os municípios.

Nesse sentido, tanto o PNE, quanto o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), uma política de governo, têm subsidiado a inserção e o desenvolvimento de atividades e ações na Educação Básica. O PDE constitui-se por programas e ações com objetivo de melhorar a qualidade da Educação Básica e contemplar a diversidade existente nos diferentes sistemas de ensino. Dessa maneira, centrado na qualidade da Educação Básica, o PDE utiliza-se do IDEB, indicador que, através do fluxo escolar e das médias de desempenho nas avaliações, mostra a qualidade na Educação Básica. Esse sistema de avaliação, por sua vez, possibilita organizar os programas e as ações que devem ser prioridades nos governos para melhoria dos sistemas de ensino. Dessa maneira, o PDE envolve, por exemplo, programas como o “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação” e ações como o Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”.

2.2 A gestão do pedagógico nos programas de formação continuada

Os resultados de aprendizagem apontados no IDEB das escolas estaduais e municipais, quando insuficientes, demonstram a urgência em investir na formação continuada dos professores definida nas políticas públicas educacionais. Aqui, nesta produção textual, busco indicar as ações de governo que vem ganhando terreno nos espaços e tempos escolares a fim de contribuir para a melhoria educacional do país. Assim, os investimentos dessa política, do seu programa e dos seus cursos, ocorrem no corpo docente através da sistematização do fazer pedagógico na produção das aulas cujo foco no alfabetizar letrando intenciona reverter os baixos índices de aprendizagem.

Esse estudo de caso, embora trate de uma situação e de dados específicos, poderá contribuir com os contextos formativos de outros municípios ao, paulatinamente, sugerir a intensificação das ações de formação continuada dos profissionais da educação. Logo, neste momento da investigação, objetivo analisar a adesão aos programas de formação continuada, bem como visualizar implicações que a gestão do pedagógico apresenta no trabalho docente.

A gestão do pedagógico, conforme Ferreira (2008a, p. 183), “é em essência, o trabalho, a profissionalidade dos professores, seus aportes teórico metodológicos em suma todos os aspectos orientadores e determinantes na produção do conhecimento”. Portanto, ser sujeito da gestão do pedagógico implica necessariamente reconstituir a condição docente de trabalhador, ou seja, refletir o fazer pedagógico de sala de aula. Na condição de gestor pedagógico, o professor reconstrói sua práxis, tendo como subsídio a pedagogia. Libâneo (2002, p. 68, *apud* FERREIRA, 2008a, p. 181), afirma que esta

(...) é a teoria e a prática da educação. Mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional sempre em transformação, para explicitar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referente á transmissão – assimilação de saberes e modos de ação.

Em relação às implicações da gestão do pedagógico na aplicação do programa de formação em questão, as mesmas estão em compreender a gestão do pedagógico e o trabalho dos professores. Para tal, é relevante reafirmar as proposições de Ferreira (2008b, p. 103), quando reporta a idéia de que “toda a escola por mais assistemática que sejam as relações em seu ambiente, produz a gestão do pedagógico”.

Nessa perspectiva, a autora relaciona a gestão do pedagógico com a produção da aula em si. Portanto, o compromisso de tutoria da proposta de formação em questão assume um caráter eminentemente reflexivo e democratizante. Primeiramente, requer conhecer os princípios e fundamentos que norteiam o trabalho pedagógico que consiste em alfabetizar letrando. Assim, num processo dialético e democrático, participar das interações grupais de formadores que pesquisam as práticas de sala de aula. A gestão do pedagógico, que compreende a produção da aula, importa reconhecer a necessidade de tanto no ensino público de rede estadual ou municipal assumir características de uma educação democratizante. Então, a produção da aula que envolve a construção e vivência de um plano de aula sistematizado vai além, pois exige dar-se conta que existe um compromisso do Estado para com a educação.

Nesse sentido, torna-se imprescindível conectar as propostas de governo aos municípios a fim de que esses possam contribuir para a execução das políticas públicas educacionais, tornando a educação cada vez mais democrática. Assim,

Luce e Medeiros (2006, p. 19, *apud* FERREIRA, 2008b, p. 104), dizem que a democratização da educação “está mais associada à democratização do acesso e a estratégias globais que garantam a continuidade dos estudos, tendo como horizonte universalização do ensino para toda a população”. As autoras também tratam da gestão democrática como sendo os “processos participativos que envolvem o mais possível os sujeitos, tanto no âmbito do sistema quanto no âmbito escolar (2006, p. 19, *apud* FERREIRA, 2008b, p. 104).

A partir do discurso de gestão democrática oriundo no interior das instituições de ensino municipais da realidade em questão, procurei analisar a práxis pedagógica vivenciada nos anos iniciais, considerando que o pedagógico pode ser definido pelas relações de poder visíveis no contexto escolar. Nesses espaços e tempos, encontrei características de neutralidade entre os profissionais da educação, demonstrando, assim, ausência de uma gestão pedagógica embasada em ações democráticas. Nesse sentido, o assumir-se como ser eminentemente político traduz-se num grande desafio.

Mais adiante, um obstáculo maior: ir além da gestão do pedagógico como sendo apenas o planejamento, a organização do projeto pedagógico da escola. Aqui toma força o conhecimento de práticas pedagógicas alternativas, que venham a contribuir com a melhoria da educação pública, como também realizar estudos aprofundados com os gestores da rede pública a fim de que se percebam como seres políticos capazes de reverter a realidade em estudo. Nas discussões oriundas dos grupos de formação, bem como nas reuniões pedagógicas vivenciadas na rede municipal, passei a questionar as situações educativas que vem compondo a agenda de trabalho docente. Dessa forma, nos últimos anos, a preocupação central dessa agenda de trabalho referiu-se aos planos de estudos e ao projeto pedagógico. Em relação a esses documentos, professores frequentemente se reuniam por série a fim de discutir os conteúdos, as habilidades e as competências que compõem os planos de estudos. Ocorre que, até então, a sistematização do mesmo não foi enviada às escolas dificultando a realização dos planos de trabalho e mesmo a avaliação do projeto pedagógico. Dessa maneira, reforço que os cursos de formação, além de possibilitar o surgimento de alternativas para resolver os problemas educacionais, devem ser acompanhados e discutidos num processo de construção permanente na busca de ações locais que contribuam para a efetivação e o cumprimento das ações descritas nas políticas públicas educacionais.

Então, a gestão do pedagógico de escolas e secretarias de educação realmente acontece na prática? Ou apenas em discurso? Certamente, implicações como essas afetam a concretização das políticas de Estado e governo que traduzem uma longa caminhada de reflexões e que deveriam funcionar na íntegra nos órgãos de educação.

Outro elemento que compõe a agenda de discussão dos encontros pedagógicos diz respeito ao próprio projeto pedagógico. Sim, um documento indispensável para a viabilização de ações educacionais, mas, infelizmente, engavetado. Assim, recorro às palavras de Veiga (1995, *apud* FERREIRA, 2008b, p. 111):

todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação de cidadão para um tipo de sociedade.

Diante dessa situação, reitero, novamente, a dimensão política no ato de pensar e fazer a educação. Afirmo que, na realidade vivenciada, existem marcas da indissociabilidade entre o discurso demagogo e a ausência de ações voltadas às políticas públicas educacionais. Lastimavelmente, os profissionais da educação em sua maioria corroboram com tal situação, talvez, por não compreenderem essas implicações na construção de uma educação de qualidade.

2.3 Programa de Formação Continuada de Professores: “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação”

No presente contexto histórico, político, econômico e cultural, os profissionais da educação são convidados a comprometerem-se e a envolverem-se com os saberes acumulados de geração em geração, com os saberes que resultam das pesquisas de sala de aula, com as teorias e as práticas que surgem nos espaços e tempos escolares. Portanto, a formação e a valorização dos profissionais da educação estão entre os temas mais discutidos por professores, especialistas, funcionários de apoio técnico e administrativo, comunidade escolar.

Nesses últimos anos, essa discussão tem buscado a contribuição de instituições de rede pública e privada. Dessa forma, nesses debates, emergiu a necessidade de formular e executar políticas públicas educacionais capazes de

contribuir na efetivação de uma educação de qualidade através da formação e valorização dos profissionais da educação. Assim, a indicação de institucionalização da Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação na CONAE vem garantir o cumprimento do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Nesse sentido, a possível constituição de uma política de Estado exige a conexão entre as instituições formadoras dos sistemas de ensino e o Ministério da Educação, através de procedimentos que efetivem ações de formação inicial e continuada, de modo que os professores sejam de fato contemplados em seus direitos e nos seus deveres.

A Educação Básica, principalmente, o ensino fundamental evidencia a necessidade em reverter os baixos índices de aprendizagem constatados nos resultados das avaliações realizadas nas escolas municipais através do IDEB. Nesse âmbito, a formação continuada dos profissionais que atuam nesses contextos escolares constitui-se como uma das medidas a colaborar com essa situação que, ao mesmo tempo, exige compreender o papel das políticas nacionais e locais de educação, bem como articular o macrossistema ao microssistema a fim de concretizar as ações que levam a construir um sistema de educação de qualidade.

Logo, torna-se urgente constituir a formação continuada dos profissionais da educação como uma política de Estado, pois o Estado brasileiro tem a responsabilidade de comprometer-se com a formação e a valorização desses profissionais. Diante dessa premissa, os municípios são incumbidos em articular essas ações e estratégias de formação, a partir dos cursos de formação continuada, para atender as necessidades de aprimoramento da práxis pedagógica dos integrantes do quadro educacional.

Nesta investigação, cujo foco está em mostrar a urgência em investir na formação continuada dos professores a fim de colaborar com as metas estabelecidas nas políticas nacionais de educação através do aumento dos resultados das avaliações em nível local e nacional, as ações de gestão da Secretaria Municipal de Educação e da gestão escolar cobram resultados através de discursos teóricos e metodológicos, mas não promovem a oportunidade de formação continuada pelas parcerias com programas de formação continuada. Até o presente, duas adesões que tratam de formações de professores aos anos iniciais, o Pró-Letramento em Alfabetização e Linguagem e o Pró-Letramento em Matemática e Gestar II nas séries finais do Ensino Fundamental, foram efetivadas.

O Programa “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação” visa a melhoria da qualidade da aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática através da formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Promovido pelo Ministério da Educação, este programa envolve universidades, Estados e municípios integrados na Rede Nacional de Formação Continuada. Dessa maneira, através de cursos como, no caso, o Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”, oferece formação continuada de 120 horas aos professores da rede de ensino.

Quando, nos anos de 2008 a 2010, atuei como tutora do referido Curso, na versão da Alfabetização e Linguagem, não houve acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação, sendo que os resultados de melhoria ou não a partir da formação continuada dos resultados de aprendizagem dos alunos foram colhidos nos contatos com as cursistas. Essa desarticulação existente entre propostas de governos, Estado e municípios, no entanto, vem se constituindo como um dos fatores que necessita urgentemente ser repensado, pois se evidencia como condição primária para reverter resultados de aprendizagem que ainda são vistos apenas no viés metodológico, ou ainda, o professor como responsável pela não permanência e sucesso escolar. Diante disso, os desafios relacionados às políticas de formação continuam fortes, na medida em que a realidade expressa essa ausência enquanto os discursos democráticos e inclusivos convencem nossos ouvidos.

Assim, os municípios e os Estados são convidados para promover espaços e tempos de construção de políticas locais a fim de colocarem como meta principal a formação dos profissionais da educação que assumem posição de destaque, sendo que a qualidade da educação acontece através das práticas formativas que estão alicerçadas pelo compromisso com a educação. As práticas pedagógicas não podem ser pensadas de forma dissociada da gestão educacional. Para tal, as secretarias de educação tem o dever de assegurar aos municípios formação aos professores para, dessa forma, contribuir com os processos de aprendizagem e desenvolvimentos dos sujeitos em processo de escolarização.

A proposta de formação continuada investigada nesta monografia de especialização está fundamentada numa política de governo que visa melhorias para a escola pública e qualidade de educação nos anos iniciais, que organiza

previamente programas, procedimentos, recursos que são aplicados e executados por professores. Conforme Nóvoa (1995 *apud* PORTO, 2000), existe uma lógica que consiste em ligar a formação de professores com o desenvolvimento pessoal, ou seja, relacionar a vida com o desenvolvimento profissional na produção da profissão docente. Desse modo, a formação dos professores requer ir além da formação inicial desenvolvidas nos cursos de Magistério ou nos cursos de licenciatura plena. Assim, refletir sobre a prática de sala de aula numa perspectiva de atender as exigências da educação nos dias de hoje passa a ser condição essencial da construção da vida e da profissão do professor. Diante dessa lógica, que consiste em produzir a vida e articulá-la com a construção do ser docente na sua profissão, somos convidados a assumir nossa profissão docente com as características de um ser político, sendo assim, o profissional da educação age ética e politicamente pelas escolhas e práticas desenvolvidas junto aos seus alunos.

A mudança da educação está fortemente vinculada à formação dos professores que buscam alternativas em suas propostas de trabalho para possibilitar o sucesso escolar dos alunos dos anos iniciais. Portanto, a formação continuada torna-se parte decisiva para viabilizar condições de sucesso escolar aos alunos das classes regulares da rede pública. Dessa forma, a formação continuada e a prática pedagógica devem assumir uma perspectiva dialética em que o grupo de professores possa ser fundamentado em teorias e práticas inovadoras a fim de contribuir para a melhoria do ensino.

A formação continuada, através do Programa “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação”, constitui-se como uma alternativa para a questão da qualidade e equidade. A práxis pedagógica renova-se a partir das discussões do grupo durante a formação. Nesse sentido, as mudanças educacionais também se estruturam através do gerenciamento de programas de formação aos profissionais incumbidos em zelar pela qualidade e equidade da educação. Nessa perspectiva, a formação necessita assumir o compromisso de estudo ininterrupto e compreendido em seus princípios e fundamentos. Também mobiliza a reflexão, pois busca orientar os profissionais na construção de uma proposta de trabalho voltada a uma linha de pensamento, resultando numa postura pedagógica inovadora.

Conforme Wanderley (1980 *apud* PORTO, 2000), a inovação pode ser compreendida e explicada em basicamente quatro dimensões. A primeira dimensão evidencia o questionamento a quem inova, portanto, está ligada a aplicação. Já a

segunda dimensão busca definir como se inova as mudanças pretendidas pela sociedade. A terceira dimensão aponta o que é inovado de um processo, sistema. Por último, a quarta dimensão explica o porquê se inova. Dessa forma, a formação continuada assume características de inovação, pois autoridades educacionais travam discussões políticas, teóricas e metodológicas sobre o fato de os resultados da avaliação das aprendizagens dos alunos se constituírem uma amostra da realidade educacional brasileira. Então, inovar passa também pelo ato da reflexão sendo que adotar uma linha de trabalho envolve saber fazer, mais especificamente, como fazer. Ainda, ao inovar o saber fazer, o professor necessita conhecer, rever, construir e sistematizar um fazer didático que oriente a construção dos conhecimentos, capacidades e atitudes para reverter os resultados negativos das avaliações nacionais.

Nesses últimos anos, as discussões sobre políticas públicas educacionais demarcam a importância dos processos de formação profissional, bem como de avaliação na Educação Básica a fim de verificar a realidade educacional do Brasil. Sendo assim, esse programa e os cursos de formação continuada ofertados aos municípios, como, por exemplo, o Pró-Letramento, pretendem reverter os quadros de insucesso escolar visíveis nos resultados do Sistema Nacional da Educação Básica (Saeb) e da Prova Brasil⁷ Logo, a formação continuada mobiliza uma série de capacidades, conhecimentos e atitudes que são cobradas nessas avaliações. Assim, os professores dos anos iniciais conhecem no programa as matrizes de referência, no caso deste estudo, as matrizes da língua portuguesa com os conhecimentos e as competências lingüísticas a serem trabalhadas e consolidadas pelos alunos.

Assim, a formação continuada de professores numa perspectiva reflexiva fornece oportunidade de respostas no grupo docente, isto é, nos espaços e nos tempos onde emergem as questões do contexto sala de aula. Os professores entre si buscam alternativas didático-pedagógicas a partir do repensar, recompor, ainda um refazer permanente de sua práxis a partir de sua realidade local. A formação continuada em questão no município de Arroio do Tigre emerge de uma necessidade de aprimoramento a práxis pedagógica nos contextos escolares. A referida formação continuada permitiu visualizar as dificuldades que remetem o

⁷ As médias de desempenho nas avaliações do Saeb e da Prova Brasil, além de outras, constituem o cálculo do IDEB que, como indicador da qualidade da Educação Básica, torna-se referência para o PDE, seus programas, suas ações.

fracasso da leitura e escrita, bem como discutir as ações de formação continuada a fim de melhorar a qualidade do ensino fundamental. No decorrer desta monografia de especialização, traduzo um pouco de nossas experiências, dos saberes e dos fazeres didático-pedagógicos que brotaram da ação dialética no grupo de cursistas. Nesse sentido, recorro a dois traços fundamentais da dialética:

A dialética repousa (...) sobre a idéia de uma ambigüidade fundamental do ser humano que lhe confere um dinamismo inesgotável: a ambigüidade transcendência/ contingência. A transcendência se manifesta por uma incompletude radical e um dinamismo aberto, infinito e indefinido (...). A dialética, portanto, é esta característica de inacabamento dinâmico da natureza humana (do ser humano) que projeta o homem, insatisfeito, para subseqüentes conquistas sempre renovadas. Esta abertura ou este horizonte, este movimento incessante, no entanto, se projeta na contingência (HAGUETTE, 1990, p. 31-32, *apud* PORTO, 2000, p.17).

Certamente, no contexto da formação continuada, a dialética traduz-se num exercício dinâmico que permite, através da discussão grupal, identificar as razões que levam o ser humano a procurar caminhos alternativos para enfrentar os desafios que a realidade apresenta para ele. Considerando isso, o Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” teve como princípio viabilizar ações administrativas, pedagógicas que contribuam para a idéia de responsabilizar os municípios no investimento de formação continuada dos professores, a fim de que os mesmos possam contribuir para a consolidação das metas traduzidas nas políticas públicas educacionais. Ainda, esse exercício possibilita compreender que o homem, insatisfeito com sua formação inicial, busca, através de um movimento dialético, perceber que os problemas educacionais não mais estão centrados apenas nas metodologias adotadas, como também na compreensão do papel das políticas educacionais para reverter esse quadro de insucesso escolar comprovado nos baixos IDEB mensurados na Região Centro-Serra.

Compreender a formação continuada pelo Pró-Letramento numa perspectiva reflexiva e dialética requer partir de uma realidade e (re)significar a mesma através uma proposta de trabalho e de discussões grupais que venham a formular políticas locais de educação e, assim, contribuir para a promoção de um ensino capaz de inserir os alunos na cultura letrada. Reconheço a idéia de que os programas de formação continuada e as políticas públicas educacionais precisam ser conhecidos e aceitos pelos gestores escolares e secretarias de educação. Diante da adesão de

programas que podem aperfeiçoar os profissionais da educação, os municípios têm a incumbência de, através desses estudos, viabilizar ações financeiras de parceria com as universidades tanto privadas quanto federais para oferecer subsídios teóricos e práticos aos professores que anseiam por qualificação profissional.

Nesse contexto, construir estratégias de ação a fim de aproximar a gestão educacional com a gestão escolar faz-se imprescindível nesse quadro de discussão. O Pró-Letramento se constitui como um programa da Secretaria de Educação Básica que pensa e articula linhas de ação para contribuir com a qualidade da educação do país. No caso do Curso Pró-Letramento – Alfabetização e Linguagem, a partir da sistematização da proposta de trabalho “Alfabetizar Letrando” divulgada no material didático, o profissional orienta sua práxis pedagógica. Seu papel está voltado para dimensionar o olhar permanente às capacidades, aos conhecimentos, às atitudes nos distintos eixos da língua portuguesa, bem como na metodologia apropriada para o trabalho e a consolidação das habilidades. Finalmente, tomar os resultados de avaliação como amostras sobre a consolidação ou não do conhecimento em questão se traduz numa alternativa capaz de provocar mudanças significativas nos resultados das avaliações realizadas em nível local e nacional. Então, compreender o papel das políticas públicas educacionais para qualificar o ensino, bem como perceber como o Estado vem assumindo a responsabilidade em relação à formação continuada dos professores e, principalmente, como as secretarias de educação viabilizam essa oportunidade aos profissionais da área, pode tornar-se um passo importante para verificar as conexões entre a gestão educacional e a gestão escolar.

Diante do exposto, a clareza do aprimoramento da práxis pedagógica mediante a necessidade em qualificar a educação nos espaços e tempos escolares, constitui-se como cerne da questão “possibilitar espaços e tempos de discussão” que remetam a reflexão e ao embasamento sistemático para construção de propostas de trabalho voltadas à alfabetização e ao letramento. Logo, os professores assumem seu papel de gestores educacionais que, a partir de suas realidades, possam formular e apresentar ao quadro do magistério linhas e ações voltadas à melhoria do ensino na Educação Básica anos iniciais. Ao lembrar do professor como sujeito dialógico, pensante, reflexivo, criativo, rememoro o grupo que participou da formação que, apesar das dificuldades impostas pelos horários e pela

distância, não deixaram de planejar e avaliar suas ações, no intuito de promover o sucesso escolar dos alunos dos anos iniciais.

Diferentemente de um modelo tradicional de educação, que remonta o sistema taylorista ainda visível em nossa realidade, o grupo assume um papel reflexivo. Assim, os componentes compreendem que a proposta de trabalho a ser desenvolvida não deve ser simplesmente consumida, ou seja, executada como uma política de governo imposta de cima para baixo. Dessa forma, os limites teóricos devem ser questionados de maneira que a proposta de trabalho assuma um caráter eminentemente reflexivo. Conforme Schön (1987 e 1992, *apud* GARRIDO, PIMENTA, MOURA, 2000), a prática do professor é reelaborada pela reflexão e ação. Então, uma nova imagem deve ser construída para a formação do professor. Ainda, para que a reflexão sobre a formação continuada possa contribuir para a formação de políticas locais de educação, torna-se necessária a discussão sobre os problemas dos diferentes contextos escolares a partir de projetos escolares a fim de que esses possam contar com a execução de programas capazes de promover o ingresso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos nos anos iniciais.

A formação continuada discutida neste estudo de caso caracterizou-se pela soma de experiências didático-pedagógicas oriundas de vários municípios do Brasil que efetivam as ações de ensino voltadas a alfabetização/o letramento nos anos iniciais. Assim, durante nossas formações, na condição de tutora, contei com o apoio teórico e prático de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos que abriram espaços e tempos para proposição de ações que possibilitariam a melhoria da qualidade da educação, conseqüentemente, firmadas e legitimadas na Constituição Federal de 1988, na LDB, no PNE, no PDE e demais documentos. Dessa maneira, a partir do programa de formação continuada Pró-Letramento – Alfabetização e Linguagem, os profissionais da educação contam com uma fundamentação teórica e prática que atenda as exigências da Secretaria de Educação Básica. Esses momentos de abertura que, de certa forma, responderam nossas inquietações, dúvidas metodológicas, avaliação, bem como outros aspectos que ultrapassavam conhecimentos técnicos, tal como a própria política de governo em questão, elucidou a compreensão de que os gestores escolares hoje são responsáveis em zelar e acompanhar a aprendizagem dos alunos da rede pública.

2.4 A docência nos anos iniciais: alfabetizar e letrar ou alfabetizar letrando?

Durante minha trajetória profissional e, principalmente, atuando como tutora do Curso de formação continuada, procurei compreender as narrativas das colegas que vinham alfabetizando seus alunos dos anos iniciais. Sim, alfabetizando, pois o grupo através de suas falas deixava essa idéia muito clara, pois a aprendizagem da leitura e da escrita levaria o sujeito a participar no mundo da informação e, a partir daí, construir novos conhecimentos.

Então, no Curso, umas das discussões mais polêmicas aconteceu em torno da problemática “Alfabetizar e letrar ou alfabetizar letrando?”. No intuito de esclarecer essa questão, recorro ao conceito que a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, no ano de 1990, legitimou: “alfabetização é entendida como instrumento eficaz para a aprendizagem, para o acesso e para a elaboração da informação, para a criação de novos conhecimentos e para a participação na própria cultura e na cultura mundial nascente” (MACIEL, LÚCIO, 2009, p.14). Nesse conceito, portanto, se fundamentavam as narrativas das professoras. Nesse contexto, mostra-se importante rememorar os sentidos e os significados das palavras analfabetismo, analfabeto, alfabetização, alfabetizado e letramento, conforme estudos de Mortatti (2004).

Em 1918, através da Carta Circular, o professor Oscar Thompson pedia sugestões para resolver o problema do analfabetismo e, nesse mesmo ano, no Anuario do ensino, usou “alfabetização” para designar oficialmente o ensino inicial da leitura e escrita. A partir de 1950, alfabetização passou a ser considerada um processo escolarizado sobre a aprendizagem simultânea da leitura e escrita e fundamentado cientificamente. Na década de 70, Paulo Freire, defensor da educação popular e da alfabetização dos adultos, acrescentou à alfabetização a “leitura do mundo”.

No início da década de 80, percebeu-se o surgimento das palavras “letrado” e “letramento”. E, a partir da segunda metade dessa década, estudos e pesquisas acadêmicas passaram a utilizar o termo letramento para designar algo mais do que se podia designar através de alfabetização.

Atualmente, os discursos sobre alfabetização e letramento permeiam os contextos educacionais. A palavra alfabetização não foi excluída e não se criou um consenso sobre o termo letramento. Por isso, no Curso em questão, utilizamos

alfabetização e letramento como conceitos articulados nos usos e nas funções da língua escrita. Autores como Soares e Freire (*apud* MACIEL, LÚCIO, 2009), discutem esses conceitos e introduzem possibilidades para tomar o conceito de letramento. Soares acredita que, para mergulhar no mundo do conhecimento, o aluno precisa, num primeiro momento, dominar a tecnologia da escrita, para que, num segundo momento, possa de fato fazer uso dela. Freire, por sua vez, relata o fato de que não é necessário apenas fazer a leitura de uma sentença, ao passo que se deve sim compreender o contexto social a que essa sentença se refere. Portanto, Freire acredita que o domínio da escrita por si só não basta, visto que o sujeito necessita realizar o exercício de compreensão social, ou seja, compreender a finalidade daquilo que se escreve. Por isso, ambos os autores vão ao encontro do conceito de letramento:

letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e da escrita; é também o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter – se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. (SOARES, 1998, p.39 *apud* CARVALHO, 2010, p.15).

Nesse contexto, as discussões em torno dos conceitos alfabetizar e letrar potencializaram a construção de uma proposta de trabalho sistematizada nos anos iniciais, sendo que a fundamentação da mesma está descrita no material utilizado no Curso de formação continuada. Logo, foi demarcado o compromisso que a alfabetização e letramento assumem nessa proposta de trabalho reflexiva. Assim, discutir sobre essas diferenças conceituais contribui para uma mudança de postura pedagógica em sala de aula. Essa mudança se refere à necessidade em sistematizar o trabalho pedagógico, a fim de que o resultado da prática contemple o sucesso escolar dos alunos do ensino fundamental anos iniciais. As práticas de sala de aula que se fundamentam na perspectiva de alfabetizar letrando levam o aluno a perceber a função social da leitura e da escrita, ou seja, a finalidade de suas leituras e das produções textuais para participar do cotidiano. Nas palavras de Soares (2001, p. 92, *apud* MACIEL, LÚCIO, 2009, p. 15, esse processo

(...) implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarses, habilidades de interpretar e produzir

diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mãos desses protocolos de leitura que marcam o texto, ao escrever: atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor (...).

Dessa forma, problematiza-se a construção do conceito de alfabetização como mera codificação e decodificação de palavras. Para tal, o professor, ao conhecer a proposta de trabalho do “Alfabetizar Letrando”, pode introduzir, retomar, trabalhar e consolidar capacidades, conhecimentos e atitudes nos distintos eixos da língua portuguesa no decorrer do processo de alfabetizar letrando, na medida em que opera com os usos e as funções da língua escrita.

Nesse trabalho sistemático e mediado, cabe explicitar os sentidos e os significados tomados às ações docentes de introduzir, retomar, trabalhar e consolidar as capacidades, os conhecimentos e as atitudes em relação à língua portuguesa. Conforme Rios e Libânio (2009), o trabalho sistemático requer do mediador o acompanhamento das capacidades a serem desenvolvidas e consolidadas pelos alunos. Assim, o professor deverá observar atentamente o que os alunos realizam em suas condições reais a fim de que possa ir potencializando estratégias didáticas para dominar os conhecimentos descritos no currículo. Logo, durante esse processo que envolve a consolidação dessas capacidades, deverá o professor decidir o momento de introduzir, retomar e trabalhar as mesmas no processo didático pedagógico. Dessa forma, introduzir as capacidades possibilita familiarizar os alunos com os conteúdos e conhecimentos. Eventualmente, o professor retoma conceitos e capacidades que num momento anterior já foram consolidadas. Então, trabalhar sistematicamente, favorece o desenvolvimento dos alunos a fim de que no final do processo as capacidades sejam de fato consolidadas.

Assim, os conhecimentos e as atitudes mapeadas em torno dos eixos da língua portuguesa são caminhos que permitem o processo de alfabetizar letrando, sem deixar lacunas para apropriação e os usos da escrita. Os eixos, no Curso de formação continuada em questão, foram estruturados da seguinte forma: a compreensão e valorização da cultura escrita, a apropriação do sistema de escrita, a leitura, a produção de textos escritos, o desenvolvimento da oralidade. Os

professores que participaram dessa formação continuada subsidiam suas práticas pedagógicas na perspectiva do alfabetizar letrando.

Através de uma prática sistematizada e reflexiva, tal como a proposta pelo Pró-Letramento – Alfabetização e Linguagem, o professor, a partir do planejamento de uma série de capacidades, conhecimentos e atitudes, pode prever uma metodologia que permita introduzir, retomar, trabalhar e consolidar conhecimentos, e por último, realizar uma avaliação diagnóstica formativa capaz de mediar a construção das aprendizagens no referido ano de estudo.

3 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Desde o projeto de pesquisa, acreditava nas palavras de Naujorks. Nessas, a pesquisa na área da Educação “de um modo geral, só tem significado quando cumpre uma função social, contribuindo assim para modificar a realidade e propor novos paradigmas” (apud NAUJORKS e SOBRINHO, 2001, p. 09). Considerando essa referência, esta monografia de especialização e os encaminhamentos tomados para investigar a problemática e os objetivos propostos estão intimamente relacionados com a minha trajetória profissional, com as minhas vivências no contexto escolar e, principalmente, com a minha participação, na condição de tutora, no Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”

Dessa maneira, optou-se pela abordagem de cunho qualitativo na qual se encontra o estudo de caso. O estudo de caso visa delimitar uma situação específica dentro de um universo investigativo (SANTOS, 2001) e, nesta monografia, parte do interesse da pesquisadora em estudar um caso particular envolvido com a ação educacional e escolar, bem como com as possibilidades de melhoria da qualidade da educação no município de Arroio do Tigre.

Na compreensão da problemática selecionada foram utilizados os seguintes instrumentos: a análise da proposta do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”; a utilização de entrevistas semi-estruturadas com profissionais da educação.

As profissionais da educação, nesse sentido, foram escolhidas para compor a discussão em pauta, pois participaram do Curso e, ao mesmo tempo, desenvolveram a proposta de trabalho do “Alfabetizar Letrando” em sala de aula. Dessa forma, das dezenove professoras cursistas, três se disponibilizaram em participar da entrevista, sendo denominadas aleatoriamente por P1, P2, P3. A entrevista semi-estruturada desenvolvida com essas docentes apresentava as seguintes questões:

- Qual sua formação acadêmica?
- Quanto tempo tem de atuação na Educação Básica?
- Qual o ano/ a série de sua docência na atualidade?

- Você participou de cursos de formação continuada oferecidos pela rede municipal? Quais?
- No que esses cursos de formação, especificamente o “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”, têm contribuído?
- Como você percebeu o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos ao trabalhar na perspectiva de alfabetizar letrando? Houve alterações, evoluções?

Portanto, esta investigação foi realizada através de dois movimentos a serem desenvolvidos no próximo capítulo. No primeiro movimento, destaco minha atuação na tutoria do Curso de “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”. No segundo movimento, busquei, junto aos professores da rede municipal de ensino, informações sobre a participação em cursos de formação continuada, com destaque ao Pró-Letramento.

4 AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E NAS PRÁTICAS ESCOLARES

Neste capítulo, trago a análise e a discussão dos dados da pesquisa. O relato de tutoria parte de estudos e vivências com dois grupos de professoras da rede municipal de Arroio do Tigre que participaram da formação continuada Pró-Letramento – Alfabetização e Linguagem, isto é, uma proposta de trabalho que parte da necessidade em sistematizar o ensino da língua portuguesa para, ao longo dos anos iniciais, consolidar os conhecimentos necessários ao processo de alfabetização e letramento. Além deste relato de tutoria, as entrevistas com P1, P2 e P3 trazem à tona uma experiência didático-pedagógica que exige rigorosidade metódica e comprometimento coletivo no cumprimento de um trabalho sistemático pautado na mediação e na observação de capacidades, conhecimentos e atitudes a serem alcançadas pelos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

4.1 O Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”: relato de tutoria

Durante nossos encontros de formação continuada na rede municipal de ensino, o grupo de profissionais da educação levantou questões relativas a necessidade de implementar, em nível nacional, regional e municipal, uma política pública educacional voltada à formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como a valorização dessa categoria. Desde 2008, o município tem ofertado o Programa “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação”. Nesse sentido, parto da experiência de tutoria no Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”, realizado com as professoras das escolas municipais de Arroio do Tigre, interior do Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2008 e 2009, 2010.

O programa de formação continuada “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação”, realizado pela Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação em parceria com as universidades da Rede Nacional de Formação

Continuada e com os Estados e municípios, está preocupado com o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental. Compõe este Programa o Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” cujas leituras e discussões voltam-se aos processos de alfabetização e letramento desses alunos.

Antes de descrever tal Curso, torna-se importante caracterizar o município de Arroio do Tigre. Com aproximadamente 12.944 habitantes (desses, 6.767 residem na zona rural), há alguns anos, recebeu o título de celeiro da Região Centro-Serra. Isso porque se destaca na agricultura – cultivo de fumo, feijão, milho e soja; na pecuária – produção de leite e suínos. Além dessas atividades produtivas, merecem menção aquelas industriais, especificamente, a comercialização de calçados, conservas, alimentos, bebidas, fumo, biscoitos, móveis e malhas.

Nessa localidade, os agricultores cultivam, geralmente, um ou dois produtos naturais e, depois, os comercializam nas indústrias do próprio município e, no caso do fumo, com fumageiras do Vale do Rio Pardo. No setor primário, verificam-se problemas de cunho ambiental, econômico, cultural e social como, por exemplo, os danos causados ao meio ambiente e aos recursos naturais através da utilização de agrotóxicos e produtos que contaminam os solos e as águas; a preocupação com a quantidade da produção agrícola; a falta de atenção às especificidades da agricultura familiar; a preocupação excessiva em gerar respostas às exigências das demandas externas.

Os problemas evidenciados no setor primário se prolongam na medida em que o setor secundário incentiva uma agricultura que coloca em risco os recursos naturais por meio de um modelo de desenvolvimento que reflete a vida das cidades ou dos grandes centros urbanos em detrimento das especificidades da vida e do trabalho nas zonas rurais. Dito de outra maneira, o modelo de desenvolvimento proposto pelas indústrias desmerece a cultura daqueles que vivem nas zonas rurais. Estes são provocados a atender as demandas do mercado externo e desvinculam-se das histórias e trajetórias dos povos do campo.

Em relação à educação escolar, na zona urbana e rural, existem dezessete escolas municipais, cinco estaduais e uma particular. Os níveis de ensino oferecidos

nessas instituições escolares são: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante – através dos Cursos de Magistério e Técnico em Enfermagem na rede privada – e, atualmente, Ensino Superior na modalidade a distância.

Nas escolas do município ainda encontram-se um número significativo de crianças com dificuldades de aprendizagens na área da língua escrita e, conseqüentemente, sujeitas ao fracasso escolar. Portanto, acredito que não há possibilidades em melhorar esta situação, caso não seja tomada uma medida urgente com os profissionais que atuam nos anos iniciais do referido município. Obviamente, não há como transformar uma situação de educação voltada ao insucesso se não oferecermos as ferramentas para tal, isto é, a formação continuada dos professores, no caso, na área da alfabetização e da linguagem. Assim, o Curso de formação continuada investigado neste estudo torna-se uma oportunidade de proporcionar aos professores estudo, reflexão sobre suas práxis pedagógicas (anos 1º, 2º e 3º).

Nessa perspectiva, entende-se que os professores da rede devem estudar e engajar-se com propostas sérias e, acima de tudo, pautadas na realidade, como também nos documentos legais (Projetos Político-Pedagógicos - PPP, Planos de Estudos) que devem ser revistos e aprimorados com os cursos de formação continuada. Com certeza, não adianta de tempos em tempos ficarmos chamando equipes especializadas para fundamentar o fazer pedagógico, entre eles PPP, Planos de Estudos, caso os profissionais não possam manter-se atualizados, em formação continuada para colaborar com a construção da proposta pedagógica da escola embasada em teorias educacionais atualizadas.

Lamenta-se o fato dessa proposta não ter sido trabalhada com todos os professores da rede municipal, a exemplo do município de Bagé, que ousou em adotar a mesma e assim, transformou a prática dos professores dos anos iniciais. As outras escolas e professoras que compõem a rede municipal de educação, do município de Arroio do Tigre, certamente, teriam contribuído e seriam afetadas significativamente nessa experiência de formação continuada de professores. Cabe destacar que os professores não foram convocados para este Curso e talvez, por isso, não sentiram a necessidade de rever seus conceitos, apropriar-se de outras noções, conhecerem novas teorias, refletir acerca da própria prática pedagógica, fazer opção de uma postura pedagógica diferenciada, perceber a necessidade de

sistematizar o ensino, dar-se conta que a urgência em transformar os rumos da educação é tão grande quanto a necessidade de estudo do próprio ato educativo.

Talvez chame a atenção a forma pela qual caracterizo as escolas e os professores participantes, contudo estou convicta de que os processos de aprendizagem e desenvolvimento de nossas crianças arroiotigrenses são influenciadas pelas intervenções pedagógicas. Assim, o estudo do material “Alfabetização e Linguagem”, a sistematização e a discussão de conhecimentos dos eixos da língua portuguesa se mostraram essenciais para aprimorar as práticas pedagógicas das professoras cursistas e para potencializar a partilha nas trajetórias docentes.

O Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” contribui para a revisão e a articulação de conceitos fundamentais que orientam o fazer do profissional em educação. Estes conceitos, estudados e discutidos através dos fascículos que integram o material didático, são: alfabetização, letramento e ensino da língua, avaliação, organização do tempo pedagógico, planejamento do ensino, organização da biblioteca escolar e das salas de leitura, o lúdico na sala de aula, isto é, os projetos, brincadeiras e jogos, o livro didático em sala de aula, modos de falar / modos de escrever.

Todos esses elementos que fizeram parte dos sete fascículos fundamentaram minha experiência de tutoria na qual pude deleitar e fazer uso de teorias sólidas e consistentes, bem como, práticas inovadoras. Essas práticas inovadoras foram vivenciadas pelos dois grupos que participaram dessa formação que, com certeza, enriqueceram nossas experiências a partir de suas vivências em sala de aula. Para isto, passo a discorrer sobre alguns destes temas, relacionando-os a minha prática, na condição de tutora, junto às cursistas:

- Planejamento: assume um papel importante na concretização do sucesso escolar, especificamente, no processo de aquisição da linguagem e de conhecimento dos usos e funções da nossa língua portuguesa. Dessa forma, dá-se conta das capacidades, habilidades e atitudes a serem introduzidas, trabalhadas e consolidadas durante os anos iniciais, isto é, dos pilares para a construção da alfabetização e do letramento de nossas crianças. Portanto, trata-se de oferecer subsídios, trabalhar de forma sistemática ou, mais precisamente, perceber que as capacidades da linguagem devem ser trabalhadas com rigorosidade a fim de que, na

condição de profissionais da educação, possamos colaborar para o ingresso, a permanência e o sucesso escolar das crianças. Para tal, rever eixos necessários da língua escrita, bem como, especificar as capacidades, habilidades e atitudes e, então, saber o momento em que se deve privilegiar o desenvolvimento das mesmas, torna-se condição essencial para trabalhar na perspectiva da alfabetização e do letramento.

- Ato avaliativo: destacaram-se os cuidados que devemos ter ao cumprir esta árdua tarefa. Diante desta tarefa, o Curso demarcou o compromisso de, mais uma vez, estarmos atentos ao trabalho voltado aos quadros que delimitam os eixos da língua portuguesa, bem como, as capacidades, conhecimentos e atitudes a serem trabalhados. Nos momentos didático-pedagógicos, duas dimensões foram sendo associadas às ações avaliativas: a) dimensão técnica ou burocrática tem como função somar, classificar e controlar. Com certeza, esse tipo de avaliação corrompe e de certa forma se traduz em resultados quantitativos; b) dimensão formativa ou continuada: tem como função diagnosticar, ser um processo, descrever e indicar níveis já consolidados pelos alunos, perceber suas dificuldades e criar estratégias de ação para alcançar os objetivos propostos. Muitas polêmicas foram pontuadas pelas professoras cursistas nos momentos da formação continuada, entre elas, a questão das dificuldades encontradas para avaliar seus alunos com necessidades educacionais especiais. Também as contradições existentes entre o que a própria LDB diz sobre a avaliação e o que se acaba fazendo nos finais dos trimestres letivos.

- Bibliotecas: a partir das discussões com as cursistas, pude observar a precariedade das escolas em relação às suas bibliotecas, pois ainda continuam pobres em relação ao acervo de livros de literatura infantil. Nesse olhar, percebo que as questões financeiras que poderiam resolver a questão dos recursos pedagógicos até então observados, ainda não contemplam as necessidades dessa realidade. Logo, fica clara a contradição existente entre o que se constitui um dever do Estado, do município, e a realidade que o professor precisa enfrentar. Já em relação aos dicionários o mesmo não acontece, pois o governo enviou muitos exemplares às bibliotecas das escolas. Muitas podem ser as alternativas para suprir as necessidades em relação aos livros de literatura infantil. Assim, pode-se sugerir que as professoras da área troquem os materiais a serem lidos para e com os alunos. Na sala de aula, torna-se viável a construção de um “Canto de Leitura”, constituído,

inclusive, pelos livros confeccionados pelas crianças. Por fim, também é possível fazer pesquisas e organizar coletâneas de gêneros textuais variados conforme experiências com as participantes do Curso.

- Lúdico na Sala de Aula e os Projetos: as inovações pedagógicas correspondem, de acordo com Kenski (1996), a (res)significação de alguns elementos já utilizados pelos docentes e outros pouco explorados nas práticas escolares como, por exemplo o lúdico (brinquedos, brincadeiras e jogos) e os projetos. Todos esses, com suas especificidades, podem tornar dinâmicos, criativos e significativos os processos de construção de conhecimentos pelos alunos. Considerando isso, junto às professoras cursistas, adentrei os exemplos do material didático “Pró-Letramento – Alfabetização e Linguagem” e assim, produzimos projetos na perspectiva alfabetizar letrando. Na escrita, procuramos contemplar as capacidades, habilidades e atitudes descritas nos eixos da língua portuguesa. Em relação à metodologia, as professoras cursistas colaboraram ativamente com ideias para a construção do projeto, inclusive, priorizando o lúdico. Nesse contexto, tomamos como referências as atividades descritas no material de estudo. Logicamente, a avaliação deu-se numa dimensão diagnóstica formativa, mediante os critérios ligados às habilidades propostas. Portanto, tomou-se cuidado na sistematização do projeto, conforme as orientações recebidas durante o Curso.

- Uso livro didático: cuidados nas escolhas, como usar e as demais estratégias pedagógicas: Esse assunto parece simples, mas quando pesquisado suscita muitas indagações. Nesta experiência de tutoria, busquei levar ao grupo o texto “A Prática Pedagógica, os Conteúdos e a Escolha dos Livros Escolares, de José Carlos Libâneo, a fim de problematizar essa questão. Nada mais oportuno do que ouvir o que professores pensam em relação aos livros didáticos. Então, deu-se esse espaço-tempo, para esta discussão. Ainda, possibilitou-se a vivência da leitura deleite, o conhecimento das estratégias de produção de textos, poemas, a construção de paródias, a organização de teatros, as sugestões de brinquedos, brincadeiras e jogos para as crianças.

Nesse sentido, aconteceram construções e reconstruções. Mais uma vez, a questão da sistematização dos conhecimentos relacionados aos eixos da língua portuguesa e a própria metodologia de projetos tornou-se o fundamento para o resultado de aprendizagens significativas e eficazes. Nas rotinas descritas e discutidas, notou-se preocupação em trabalhar demasiadamente algumas

capacidades, atitudes, em detrimento de outras. Em relação aos exercícios entregues a cada uma das alunas durante o Curso, observei que as professoras cursistas necessitaram revisar a indicação dos eixos da língua portuguesa, as capacidades e os descritores devido às dificuldades iniciais de compreensão dos conceitos e de classificação. Outra dificuldade sentida pelo grupo referia-se ao entendimento da intrínseca relação dos elementos que fazem parte de um projeto e dos sujeitos envolvidos nele. Obviamente, a partir de discussões, referências teóricas e práticas, tivemos a oportunidade de sistematizar ricas considerações. Acontece que os resultados que apontam para as dificuldades de aprendizagem são oriundos de um trabalho que, muitas vezes, está sendo desmerecido. A sistematização, por sua vez, não deixa isso acontecer. Nada mais evidente de que as metas serão alcançadas uma vez que sejam exploradas, mediadas e trabalhadas.

Aqui não devo deixar de comentar a importância que este Curso atribui à mediação escolar. Numa perspectiva vygotskiana, compreendo a mediação como a interferência do professor e/ou outro sujeito no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno e/ou outro sujeito, sendo que este se encontra num nível real e deve alcançar, pelo nível proximal, um nível real mais avançado que o anterior. Durante minhas experiências, procurei mediar o estudo dos materiais didáticos do Pró-Letramento pelas professoras cursistas. Também mostrei que através da mediação no contexto escolar e, no que diz respeito ao uso da mediação e na falta desta, podemos estar colaborando para o sucesso ou insucesso de nossas crianças. Discussões acerca das contribuições de Lev Semionovitch Vygotsky e Reuven Feuerstein em relação às influências dos fatores distais e proximais no desenvolvimento cognitivo de crianças com ou sem necessidades educacionais especiais, especificamente, sobre o papel da mediação na construção de novos conceitos, podem ser colocados em prática nos contextos escolares.

Por fim, através deste Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” e desta experiência de tutoria, percebi que a existência de momentos capazes de promover o estudo dos conceitos de alfabetização e letramento e de outros que orientam o fazer do profissional em educação, de estimular as conversas e as trocas de experiências entre as professoras dos anos

iniciais do Ensino Fundamental podem ampliar a qualidade de ensino na rede municipal de educação.

Então, novamente, ressalto o envolvimento das professoras cursistas. Mas, também sinalizo a falta de outras escolas e professoras que compõem a rede municipal de educação e que, como apontado anteriormente, teriam muito para contribuir com este Curso e, por ele, teriam oportunidade de refletir sobre suas práticas pedagógicas.

Diante do exposto, neste Curso de formação continuada, assumimos o compromisso de (re)dimensionar nosso olhar para os documentos legais que respaldam a nossa práxis educativa: Projeto Político Pedagógico⁸ e Plano de Estudos. Também pensamos a proposta de trabalho apresentada numa perspectiva de educação diferenciada, inclusiva. Assim, nos damos conta de como necessitamos de profissionais da educação preocupados com a alfabetização e o letramento dos alunos, inclusive, aqueles com necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, mencionamos a necessidade de professores habilitados para a área da Educação Especial a fim de colaborar com o processo aprendizagem e desenvolvimento dessas nossas crianças.

Certamente, como profissional da educação comprometida com o sucesso escolar de nossos alunos arroio-tigrenses, este Curso de formação continuada possibilitou-me adentrar no contexto sala de aula de cada professora e perceber que, antes de tudo, elas necessitam de apoio pedagógico nas escolas para que possam com segurança aplicar seus estudos e [res]significar a prática pedagógica. Da mesma forma, elas demonstraram que os conhecimentos construídos e [res]significados durante o Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” podem fazer parte das vivências nas salas de aulas e possibilitar a emergência de outras formas de aprender e outras maneiras de ensinar.

Por fim, retomo a importância de, em nível nacional, continuar a investir na formação de professores através de programas especiais como o “Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação” e, em nível municipal, incentivar a

⁸ Neste momento, utilizo a expressão Projeto Político Pedagógico, pois a rede municipal de ensino de Arroio do Tigre mantém a ênfase na relação entre o político e o pedagógico nas orientações da Secretaria de Município da Educação e nas rotinas escolares.

participação das professoras em programas e ações de formação continuada para aperfeiçoamento das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

4.2 Formação continuada docente e práticas escolares

Partindo dos questionamentos realizados junto às professoras municipais, organizo as reflexões a partir de três categorias: formação continuada e exercício profissional; contribuições às práticas escolares; alfabetizar letrando. Como descrito anteriormente, as três professoras participantes foram identificadas como P1, P2 e P3.

4.2.1 Formação docente e exercício profissional

Todas, as três professoras, possuem formação em Pedagogia Plena, sendo que a P2 tem Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico e em Orientação e Supervisão Escolar. Atuam na rede municipal de ensino, fazendo parte da equipe de gestão escolar (professores, diretores, vice-diretor, supervisor).

A P1 atua a dezessete anos na rede municipal e, atualmente, leciona no segundo ano no Ensino Fundamental. A P2 tem oito anos de experiência na rede municipal e atua no quarto ano do Ensino Fundamental. A P3 possui vinte e seis anos de docência na Educação Básica da rede municipal e, no momento, leciona no segundo ano do Ensino Fundamental.

As três professoras participaram do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” e Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Matemática”, sendo que, além desses, P3 participa do Programa União Faz a Vida.

Nesse sentido, considerando o exercício profissional de cada uma, questionei sobre a necessidade ou não de cursos de formação para os profissionais da rede. De modo geral, todas as respostas foram afirmativas, no sentido de ressaltar a importância dos cursos de formação continuada, especialmente, o Pró-Letramento Alfabetização e Linguagem. De acordo com as proposições do documento final do CONAE (2010), é essencial a institucionalização de uma Política Nacional de

Formação e Valorização dos profissionais da educação a fim de que se cumpra com os documentos legais que legitimam essa Política Nacional. Entre esses documentos citam-se as leis nº 9.394/96 e nº 12.014/09, bem como a lei nº 11.301/06. Cabe a essa política de formação e valorização proferir ações das instituições formadoras que integram os sistemas de ensino e do MEC para, dessa maneira, garantir políticas específicas de formação continuada como no caso do Pró-Letramento – Alfabetização e Linguagem. Nesse sentido, as respostas das professoras entrevistadas permitem compreender a importância de um planejamento sistematizado que realmente se comprometa com a introdução, o trabalho e a consolidação de capacidades, conhecimentos e atitudes a serem desenvolvidas nos anos iniciais. Obviamente, isso implica conhecer e analisar essa proposta de trabalho que é fruto de ações do governo em busca de resultados significativos de IDEB.

Dessa maneira, essas docentes, a partir dos estudos e das vivências durante o Curso em questão, perceberam que os fundamentos e as problemáticas voltadas a não sistematização das capacidades, conhecimentos e atitudes acarretam, muitas vezes, a não consolidação das mesmas, permitindo assim, o surgimento de lacunas de aprendizagem na língua portuguesa dos anos iniciais. Por isso, a importância da sistematização e da mediação nos espaços e tempos escolares. O planejamento sistematizado nos anos iniciais compreende organizar o currículo ou um programa de ensino de maneira a visualizar os quadros da língua portuguesa com suas capacidades (compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos e desenvolvimento da oralidade) a fim de, durante o processo didático-pedagógico, ir introduzindo, retomando, trabalhando sistematicamente e consolidando os conhecimentos e atitudes que estão previstas nessa área do conhecimento (BRASIL, 2008). Logo, esse trabalho sistematizado requer o uso da mediação em que o professor intervém nas atividades propostas ao desenvolvimento dessas capacidades, conhecimentos e atitudes que, em determinados períodos dos anos iniciais, devem ser consolidadas.

Além disso, essas professoras cursistas indicaram a condição de gestoras de suas escolas nos seus exercícios profissionais, portanto, não mais apenas por estarem comprometidas com seus papéis que, num primeiro momento, compreendiam os aspectos técnicos da didática (planejamento, avaliação), mas por voltarem o olhar às possíveis implicações educacionais decorridas da ausência de

articulações de políticas públicas de Estado e de governo, com políticas locais de educação.

Dessa forma, conseguimos concluir que, no contexto educacional, os professores e os alunos estão continuamente convivendo com um movimento dinâmico e dialético: a teoria e a prática, ou seja, o fazer e o pensar sobre o fazer. De acordo com os estudos de Konder (HAGUETTE, 1990, *apud* PORTO, 2000), na atualidade, estamos convivendo com um modelo educacional que abre à era da suspeita, no qual o homem passa a ser desafiado a questionar a si mesmo, aos outros e ao mundo. Por isso, torna-se essencial e indispensável um convívio entre os componentes dessa relação ensino-aprendizagem a fim de que os mesmos abram caminhos a uma educação repleta de sentido, de significado, na qual tudo possa ser construído através de um pensar crítico. Afinal, somente atuando e fundamentando nossa atuação é que estaremos dispostos a pensar criticamente e, então, estaremos dando um passo em direção a mudança. Caso contrário, ainda seremos o reflexo de profissionais que se julgam seres oniscientes em relação a tudo e a todos ou de profissionais que percebem os problemas de sua prática pedagógica, mas que não fazem nada para superar esses problemas.

4.2.2 O Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”: contribuições às práticas escolares

As expectativas das dezenove cursistas, durante a realização do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem”, foram: utilizar os conhecimentos adquiridos no Curso em sala de aula; aprender novas práticas de aprendizagem para serem levadas para a sala de aula; conhecer novas estratégias para o ensino-aprendizagem; aprofundar conhecimentos; conhecer uma nova proposta de trabalho; buscar idéias diferenciadas para melhorar o trabalho (ser, fazer, conhecer, conviver); aprimorar o conhecimento em linguagem.

Com isso, quando recuperei essas expectativas, durante as entrevistas, duas professoras destacaram as seguintes contribuições do Curso:

O Curso contribui para focar a importância da sistematização dos conhecimentos, capacidades e atitudes nos distintos eixos da língua portuguesa, pois sem esse acompanhamento fica difícil perceber o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, sendo que o não acompanhamento sistemático acarreta lacunas de aprendizagem. Durante essa formação muitas sugestões foram apresentadas e vivenciadas na prática de sala de aula, cito como exemplo as várias estratégias de leitura e produção textual. Além disso, os debates realizados pelo grupo de estudo abriram caminhos para perceber a necessidade de contribuir para a construção das políticas públicas de educação, pois os municípios tem essa incumbência (P1).

O Curso tem contribuído muito para a melhoria de nossas práticas pedagógicas. Sendo assim, através desses encontros fomos desafiadas em ousar por mudança de postura pedagógica, bem como, organizar o planejamento das aulas através de projetos de aprendizagem na área da língua portuguesa que contemplem a construção dos cinco eixos da mesma. Assim, o acompanhamento do mediador na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos torna-se aspecto fundamental para introduzir, trabalhar e consolidar os conhecimentos, capacidades e atitudes descritas nesse componente curricular. Por último, destaco a responsabilidade do ato pedagógico que está em alfabetizar letrando, que consiste em se apropriar da base teórica oferecida nesse curso de formação (P2).

Diante dessas idéias, o grupo de professoras acreditou na possibilidade de mudança do planejamento e das práticas em sala de aula a partir desta proposta de formação continuada. Assim, perceberam que não há necessidade de viabilizar na prática escolar receitas prontas e sim planejar de maneira sistemática as capacidades, os conhecimentos e as atitudes a serem introduzidas, trabalhadas e consolidadas nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir dos cinco eixos da língua portuguesa. Para tal, essa proposta deve ir ao encontro do prazer, diversão, ludicidade. Esse trabalho contradiz propostas prontas, pois contempla a participação do aluno na elaboração do planejamento das atividades didáticas. Conforme relato de Silva, professora da terceira série da Escola Municipal Odette Pereira Carneiro, localizada em Jaboatão dos Guararapes (PE), que trabalha com projetos,

(...) apresentei aos alunos a proposta do projeto, ou seja, a construção do almanaque que fosse elaborado por eles próprios, constando de tudo aquilo que uma criança gostaria de ver em um livro. Questionei se era do interesse deles participarem da construção do almanaque. Para isso, apresentei alguns almanaques e mostrei que, diferente de um livro, o almanaque apresenta, também além de textos, algumas atividades atrativas, do tipo: caça - palavras, palavras cruzadas, jogo dos sete erros, ligue os pontos, etc. (...) O interesse em participar foi geral. Logo alguns alunos começaram a perguntar-se, além das atividades, o almanaque podia conter textos diferentes do tipo: músicas, poesias, jogos, mágicas, recitas, histórias em quadrinhos, etc. E mostrei que isso só seria possível se eles abraçassem o projeto, porque, na verdade, não seria eu quem iria construir o almanaque e, sim eles. E, estando este contrato firmado otimizaria a participação e a aprendizagem (BRASIL, 2008, p. 08).

As professoras entrevistadas possuem forte convicção sobre a importância em variar as atividades de trabalho a fim de enriquecer as práticas de ensino-aprendizagem. Mas, acredito que para ir ao encontro desta proposta de formação continuada, torna-se emergente sistematizar o ensino da rede municipal numa perspectiva que venha contemplar o trabalho voltado a todos os eixos, buscando, assim, analisar as capacidades, os conhecimentos e as atitudes que devem ser introduzidas, trabalhadas e contempladas nos anos iniciais do ensino fundamental. Também houve argumentações sobre a possibilidade de adentrar os planos de estudos buscando subsidiá-los com a proposta do Pró-Letramento – Alfabetização e Linguagem.

A proposta de trabalho desenvolvida parece que foi bem aceita e, portanto, as participantes assumiram o compromisso em engajar-se e viabilizar a prática da mesma nas salas de aulas das escolas públicas municipais arroiotigrenses.

4.2.3 Alfabetizar Letrando

Ao serem questionadas sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos no trabalho pedagógico orientado pela perspectiva do alfabetizar letrando, as professoras afirmaram o seguinte:

Sim, as mudanças foram significativas, pois as aulas demonstraram isso. Alguns fatores importantes que pude perceber foram o envolvimento dos alunos nas atividades propostas. Assim, notei que eles vivenciam com mais entusiasmo as situações de aprendizagem. Nas horas da leitura deleite a viagem é fantástica, as curiosidades, as perguntas que exigem respostas nas entrelinhas aguçam os alunos. As produções escritas também apresentaram resultados significativos no sentido de que os alunos escrevem com finalidade social, não meramente de forma mecânica (P1).

Sim, houve evolução, principalmente, em relação ao eixo da leitura. Nesse sentido, as leituras deleite hoje fazem parte do cotidiano escolar. Também as diversas maneiras de realizar essas leituras, enfocando assim, a dramatização no espaço sala de aula (P2).

As mudanças demonstraram resultados eficazes na oralidade, leitura fluente e produção textual. Acredito que essa proposta de trabalho assume realmente uma grande mudança na direção de uma educação de qualidade. Os alunos aprendem a escrever de forma espontânea, pois através dos projetos sua aprendizagem é significativa. Em relação à leitura acredito que o que chamamos de leitura deleite contribui para fazer deste processo um hábito diário. Isso significa que nem sempre há necessidade de haver objetivos instrucionais. Logo, o aluno deve compreender o processo da

leitura como prazer de fantasiar, compreender uma realidade. Hoje, meus alunos gostam muito de ler, conhecemos praticamente todas as obras literárias da biblioteca, sendo que a leitura deleite nos propicia isso (P3).

P1, P2 e P3, de certa forma, demonstram que o estudo do material “Alfabetização e Linguagem”, a sistematização e a discussão de conhecimentos dos eixos da língua portuguesa que se mostraram essenciais para aprimorar as práticas pedagógicas das professoras cursistas e para potencializar a partilha nas trajetórias docentes. A leitura deleite, as estratégias de produção de textos, os poemas, a construção de paródias, a organização de teatros, as sugestões de brinquedos, brincadeiras e jogos para as crianças trabalhadas, assim como a mediação dessas professoras nos espaços e tempos escolares e a existência de momentos capazes de estimular as conversas e as trocas de experiências entre as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental são possibilidades de ampliar a qualidade de ensino na rede municipal de educação.

Dessa maneira, retomo a necessidade em conhecer as ações de Estado e de governo que colaboram para a execução das políticas públicas educacionais. Portanto, no Projeto Político Pedagógico das instituições escolares, a formação continuada deve ser o princípio para a qualificação da educação pública, ao contrário da realidade assistida e vivenciada que apresenta um desinteresse tanto da parte da maioria dos profissionais da rede, como também o descaso dos responsáveis pela adesão e gerenciamento das propostas ofertadas pelo governo.

Assim, tanto no momento da tutoria, quanto durante a entrevista, as professoras cursistas e as entrevistadas remetiam a conversa à inexistência de abordagens teóricas que auxiliam o processo de sistematização de conhecimentos, habilidades e atitudes que contemple a alfabetização e letramento nos anos iniciais. Com essa não sistematização de formação continuada nos documentos (PPP e Plano de Estudos), as instituições escolares mantêm alunos com necessidades educacionais especiais integrados nas salas de aula e alunos com dificuldades de aprendizagem.

Finalizo este capítulo com a fala da professora P3 que, tendo vinte e seis anos no magistério público municipal, destaca e valoriza a formação continuada de professores na perspectiva do alfabetizar letrando para melhoria da Educação Básica:

O Curso abriu novas perspectivas para complementar os procedimentos didáticos utilizados até então em nossa prática de sala de aula. (...) Nessa perspectiva, acredito que se todos os profissionais da Educação Básica dos anos iniciais tivessem participado dessas vivências que nos possibilitaram refletir nossos fazeres didáticos e, principalmente, nossa mediação na busca de um planejamento sistematizado e comprometido com a aprendizagem dos alunos os resultados do IDEB iriam ao encontro dos índices desejados (P3).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo de caso, percebi que a proposta de trabalho do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” constitui-se como alternativa para reverter os baixos índices de aprendizagem e, assim, consolidar metas definidas nas políticas públicas educacionais. Dessa forma, não poderá ser interpretada como um modelo, uma receita, porém refletida à luz das proposições definidas pelo promotor de políticas públicas educacionais, ou seja, o MEC.

Frente à análise e discussão dos dados apresentados neste estudo de caso, acredito que o maior desses desafios esteja em superar a falta de formação docente e as baixas expectativas dos profissionais frente às possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos seus alunos. Para tal, basta lembrar o quanto o processo de educação sistemática tem se demonstrado lento e ainda longe das instituições escolares. Por esse motivo, penso que as intenções somadas ao conhecimento levam as atitudes e que não podemos nos dar como satisfeitos frente a não consolidação de sucesso escolar na perspectiva de alfabetizar letrando. Lança-se o desafio de mudar a consciência em benefício da construção de ações pedagógicas democráticas que enfrentem os desafios das instituições regulares de ensino como uma alternativa de garantia, permanência e sucesso escolar nos anos iniciais.

Como colocam os autores estudados neste e em outros momentos – Lev Semionovitch Vygotsky e Reuven Feuerstein, que ressaltam em suas teorias a mediação, a experiência de aprendizagem mediada, ter claramente a idéia de que a mediação não consiste apenas na promoção de situações de conversas, brincadeiras/jogos e outros intercâmbios, mas que se caracteriza como um processo em que se parte das condições reais para possibilitar avanços nas condições futuras. Dessa forma, a proposta do Curso “Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem” caracterizada pela sistematização é enriquecido a partir dos pressupostos de mediação estudados por esses autores.

Assim, as experiências mediadas no grupo de estudo (tutora, cursistas), ou seja, na formação continuada em questão, colabora para os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças/adolescentes dessa realidade. Mas,

os profissionais da educação são também responsáveis em propiciar esses avanços. Esses poderão ser garantidos quando, desde o início do ano letivo, nos documentos legais da escola e do professor (Projeto Político Pedagógico, Plano de Estudos e Plano de Trabalho), ocorrer uma sistematização da proposta de trabalho a ser implementada com as escolas da rede pública municipal. Isso significa que a sistematização se constitui como um elemento importante na fase inicial de todo e qualquer procedimento didático-pedagógico. Ou seja, implica um resgate ao planejamento de nossas ações, isto é, da intencionalidade nas propostas de educação.

Considerando essa importância das mediações, não acredito que os processos devam ser lentos, bem pelo contrário, os estigmas, os preconceitos e os estereótipos se produziram em processos lentos e para acabá-los precisamos ser ágeis e eficazes. Então, não bastam leis para o ingresso, a permanência no ensino fundamental, sendo que um dos responsáveis pelo sucesso escolar, no caso, os professores, carecem de aperfeiçoamento educacional. Precisamos de ações que venham consolidar o sucesso escolar a partir de condições de formação continuada para os profissionais da educação que atuam nas escolas da rede regular de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 01 de agosto de 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 15 de julho de 2011.

_____. **Pró-Letramento:** Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

_____. **Documento Final CONAE 2010.** Conferência Nacional de Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador.** São Paulo: Ática, 2010.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia. MACIEL, Francisca Isabel Pereira. MARTINS, Raquel Márcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. *In: Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v.31, n.112, p.677-705, jul./set. 2010.

FERREIRA, Liliana Soares. Gestão do Pedagógico: de qual pedagógico se fala?. *In: Currículo sem Fronteiras*, v.08, n.02, p. 176-189, jul./dez. 2008a.

_____. Escola, a gestão do pedagógico e o trabalho de professores. *In: Diversa*, ano 01, n.02, p. 101-116, jul./dez. 2008b.

FERREIRA, Lucinete. **Retratos da avaliação:** conflitos, desvirtuamentos e caminhos para a superação. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GARRIDO, Elsa. PIMENTA, Selma Garrido. MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A pesquisa colaborativa na escola como abordagem facilitadora para o desenvolvimento da profissão professor. *In: MARIN, Alda Junqueira (org.). Educação continuada: reflexões, alternativas.* Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000, p. 89-112. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

KENSKI, V. M. O ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias. In: VEIGA, I. P. A. (org.). **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 127-147.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. LÚCIO, Iara Silva. Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática. In: CASTANHEIRA, Maria Lúcia. MACIEL, Francisca Isabel Pereira. MARTINS, Raquel Márcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2009.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

NAUJORKS, Maria Inês. SOBRINHO, Francisco de Paula Nunes. **Pesquisa em Educação Especial: o desafio da qualificação**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

PORTO, Yeda da Silva. Formação continuada: a prática pedagógica recorrente. In: MARIN, Alda Junqueira (org.). **Educação continuada: reflexões, alternativas**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000, p. 11-37. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

RIOS, Zoé. LIBÂNIO, Márcia. **Da Escola para Casa**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.